



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 773, DE 2020

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre transparência e controle na aplicação dos recursos públicos em caso de pandemias.

**AUTORIA:** Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do SENADOR WEVERTON**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2020**

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre transparência e controle na aplicação dos recursos públicos em caso de pandemias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 1º-A da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigor com a seguinte redação:

**“Art. 1º-A.** A transferência de recursos financeiros para a execução de ações de prevenção em áreas atingidas por pandemias, áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios observará as disposições desta Lei e poderá ser feita por meio:

§ 1º Será responsabilidade da União, conforme regulamento:

I - definir as diretrizes e aprovar os planos de trabalho de ações de prevenção em áreas atingidas por pandemias, áreas de risco e de recuperação em áreas atingidas por desastres;

.....

.....



SF/20267.69771-29

IV - realizar todas as etapas necessárias à execução das ações de prevenção em áreas atingidas por pandemias, área de risco e de resposta e de recuperação de desastres, nelas incluídas a contratação e execução das obras ou prestação de serviços, inclusive de engenharia, em todas as suas fases; e”

**Art. 2º** O art. 3º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art.3º** .....

.....

§ 2º O reconhecimento previsto no § 1º dar-se-á no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento de requerimento do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município afetado pelo desastre e pandemia.

§ 3º O apoio complementar a ser prestado pelo Poder Executivo federal deverá ser inicializado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o reconhecimento da situação de emergência ou estado de calamidade pública causada por pandemia.” (NR)

**Art. 3º** O art. 4º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 4º** São obrigatórias as transferências da União aos órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a execução de ações de prevenção áreas atingidas por pandemias, áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas ou com o risco de serem atingidas por desastres, observados os requisitos e procedimentos estabelecidos pela legislação aplicável.” (NR)

**Art. 4º** O inciso II do art. 8º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 8º** .....

.....

II - ações de recuperação de áreas atingidas por pandemias, por desastres em entes federados que tiverem a situação de emergência ou o estado de calamidade pública reconhecidos nos termos do art. 3º.” (NR)

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



SF/20267.69771-29

## JUSTIFICAÇÃO

Um dos assuntos que mais tem preocupado a população mundial atualmente é o avanço extraordinário do número de infectados no planeta pelo vírus conhecido como coronavírus.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou existir uma pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). De acordo com a OMS, o número de pacientes infectados, de mortes e de países atingidos deve aumentar nos próximos dias e semanas. O termo pandemia se refere ao momento em que uma doença já está espalhada por diversos continentes, com transmissão sustentada entre as pessoas. Segundo a OMS, o novo coronavírus já afeta 114 países em todos os continentes. Mais de 127 mil pessoas estão infectadas e 4.700 morreram.

As expectativas dos órgãos de saúde nacionais como a Fiocruz e Universidades e de que o número de infectados deve aumentar em progressão geométrica no Brasil, a exemplo de outros países. Especialistas questionam a capacidade do SUS de dar conta do impacto. O país tem atualmente 28 mil leitos de UTI habilitados para o SUS (Sistema Único de Saúde). Eles estão concentrados em uma parcela minoritária dos municípios do país. Segundo dados de 2017, cerca de 10% das cidades contavam com esse tipo de leito. Casos mais graves podem demandar uma internação de até três semanas.

A escalada da doença levanta questões sobre a capacidade do sistema de saúde brasileiro, público e privado, de dar conta do atendimento a tantos infectados e de como os Estados e municípios conseguiram passar por essa crise, uma vez que muitos estão em situação de vulnerabilidade econômica.



SF/20267.69771-29

Assim, propomos por meio deste projeto alterar a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre *as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências, conforme redação dada pela Lei nº 12.983, de 2 de junho de 2014*, no sentido de incluir como calamidade pública a ocorrência de pandemia e definir períodos mais céleres para que o Governo reconheça a situação de emergência ou calamidade pública por pandemia e para o início da concretização do apoio complementar financeiro seja feito em três dias após a decretação de calamidade por pandemia.

Acreditamos que incluir as pandemias no rol dos itens a serem aportadas com recursos do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil e diminuir os entraves burocráticos que impedem a colaboração rápida da União com os municípios em situações de emergência ou estado de calamidade pública dará mais fôlego aos Estados e Municípios na concretização de práticas e estratégias que possam conter a disseminação do vírus, assim, pedimos o apoio aos Nobres Pares para aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

**Senador Weverton**

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.340, de 1º de Dezembro de 2010 - LEI-12340-2010-12-01 - 12340/10  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12340>
  - artigo 1º-
  - artigo 3º
  - artigo 4º
  - inciso II do artigo 8º
- Lei nº 12.983, de 2 de Junho de 2014 - LEI-12983-2014-06-02 - 12983/14  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2014;12983>